

Fase de Moderação

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) baixou os juros e o acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional está na reta final. Mas, não há razão para que os brasileiros troquem o pessimismo dos últimos dois meses pelo otimismo excessivo dos últimos dias.

Antes de tudo é preciso cautela. A mesma demonstrada pelo Banco Central, ao reduzir os juros abaixo do que esperava o mercado e ao monitorar ontem o mercado com sinais de queda moderada no *overnight*, para 39% ao ano, a partir da semana que vem.

Foi auspicioso que a queda dos juros, aprovada pelo Copom às nove e meia da noite de quarta-feira, tenha sido precedida pela aprovação, no Congresso, de quatro medidas provisórias essenciais à reforma previdenciária e ao equacionamento do déficit da Previdência. É um sinal indicativo da sensibilidade dos deputados e senadores para a urgência de aprovação do Programa de Estabilidade Fiscal.

Tudo ainda está praticamente por fazer para que o Copom possa ingressar numa trajetória segura de queda dos juros. Os juros precisam cair porque estão asfixiando o consumidor, paralisando a indústria e o comércio, deprimindo a

arrecadação da Receita Federal – como ocorreu em outubro, em decorrência da forte queda do recolhimento do IPI sobre automóveis – e realimentando o déficit por onerar a dívida pública.

A única maneira de reduzir juros e evitar sobressaltos e riscos de recidiva – como a ocorrida de agosto para setembro, quando o calote russo paralisou o crédito internacional, provocou sangria recorde de divisas do Brasil e obrigou o Banco Central a subir duas vezes os juros em duas semanas – é ter um programa de ajuste fiscal consistente.

Quanto mais rápido o Congresso aprovar os cortes nos gastos públicos, sem exceção de estados e municípios ou esta ou aquela área, mais fácil será recuperar a credibilidade no mercado internacional. Se os bancos internacionais reabrirem as portas para o Brasil, o crédito externo, que contemplava 30% a 40% dos negócios, poderá melhorar a liquidez da economia. A participação será modesta, mas suficiente para acelerar a queda dos juros internos.

A confiança, porém, só voltará plenamente se o ajuste fiscal avançar, sem ficar pelo caminho, como as 51 medidas aprovadas no final do ano passado, e que acabaram anuladas pelo impacto da alta dos juros no decorrer de 1998.